

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

PROCESSO INOVA OZ Nº 004/2026-PROC

CONTRATO nº xxxx/2026

Objeto:	Contratação de serviço para segregação governável de domínios de rede, com controles técnicos auditáveis para proteção de ativos críticos para a Prefeitura do Município de Osasco.
Fundamento:	Lei Federal nº 13.303/2016; Regulamento Interno de Compras, Licitações e Contratos da INOVA OZ – RICLC; Edital do Pregão Eletrônico nº []/2026.
Contratante:	Agência de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico de Osasco S.A. – INOVA OZ
Contratada:	[Razão Social da Empresa Vencedora]
Valor Global:	R\$ [] ([valor por extenso])
Vigência:	36 (trinta e seis) meses, contados da data de assinatura.

A AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A. – INOVA OZ, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 52.724.313/0001-96, com sede na Av. dos Autonomistas, nº 197, Mezanino, Vila Yara, Osasco – SP, CEP 06020-000, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **Sr. Alex Soares de Oliveira**, e por seu Diretor Técnico, **Edson França Marcondes**, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], [natureza jurídica], inscrita no CNPJ sob o nº [], com sede [endereço completo], neste ato representada por [nome do representante legal], [cargo], portador(a) do RG nº [] e CPF nº [], doravante denominada simplesmente CONTRATADA;

Têm entre si, justo e acordado, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, com fundamento no Processo INOVA OZ nº 004/2026-PROC, no resultado do Pregão Eletrônico nº []/2026, na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Regulamento Interno de Compras, Licitações e Contratos da INOVA OZ – RICLC, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviço para segregação governável de domínios de rede, com controles técnicos auditáveis para proteção de ativos críticos para a Prefeitura do Município de Osasco, mediante a implantação e disponibilização, em regime de subscrição, de solução de Firewall Virtual (NGFW) em ambiente VMware, em cluster, com 8 (oito) vCPUs no mesmo appliance virtual, incluindo gerenciamento centralizado, subscrições de segurança e suporte do fabricante durante toda a vigência contratual, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº []/2026, integrante deste instrumento.

1.2. A contratação compreende dois itens, a seguir discriminados:

a) Item 1 – Serviço continuado mensal de segregação governável de domínios de rede, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contemplando: solução de Firewall Virtual em cluster (NGFW), solução de gerenciamento centralizado, pacote de subscrição com atualizações, bases de assinaturas, funcionalidades de prevenção de ameaças e suporte técnico do fabricante;

b) Item 2 – Serviço de implantação, parametrização e configuração inicial, executado em parcela única, cujo aceite é condição para o início da contagem de vigência e medição do Item 1.

1.3. As especificações técnicas mínimas, os requisitos funcionais e de desempenho, as condições de execução, os critérios de aceite e medição, e as obrigações decorrentes do objeto são os constantes do Termo de Referência e do Edital, que integram este instrumento para todos os efeitos, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

2.1. Este Contrato é celebrado com fundamento na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Regulamento Interno de Compras, Licitações e Contratos da INOVA OZ – RICLC

(aprovado pelo Conselho de Administração em 28/03/2025), no Código Civil e demais preceitos de direito privado aplicáveis.

2.2. Integram e vinculam este Contrato, independentemente de transcrição:

- a)** O Edital do Pregão Eletrônico nº []/2026 e seus Anexos I a VIII;
- b)** A proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA em [data];
- c)** O Termo de Referência (Anexo I do Edital);
- d)** O Estudo Técnico Preliminar (Anexo II do Edital);
- e)** A ata da sessão pública do Pregão Eletrônico nº []/2026;
- f)** A Declaração de Profissional com Certificação apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, observada a natureza continuada dos serviços e a necessidade de garantir a proteção, a disponibilidade e a governança da segurança da informação no ambiente tecnológico da Prefeitura de Osasco.

§ 1º É vedado o contrato por prazo indeterminado (art. 151, § 1º, do RICLC).

§ 2º O extrato deste Contrato será disponibilizado na Imprensa Oficial do Município de Osasco – IOMO e no sítio eletrônico da INOVA OZ.

3.2. O início da execução do Item 2 (implantação) e a contagem de vigência e medição do Item 1 (serviço mensal) ficam condicionados:

- a)** À emissão de Ordem de Serviço/Autorização de Início pela CONTRATANTE;
- b)** À vigência do instrumento administrativo celebrado entre a CONTRATANTE e a Prefeitura de Osasco, no âmbito do processo administrativo nº []; e
- c)** À comprovação de disponibilidade financeira suficiente para suportar o ciclo inicial de faturamento.

§ 1º As condições previstas nas alíneas "b" e "c" deverão ser implementadas em até 90 (noventa) dias corridos contados da assinatura deste Contrato, salvo caso fortuito, força maior ou ajuste formal entre as partes, devidamente registrado nos autos.

§ 2º Do não-implemento das condições. Não ocorrendo o implemento das condições previstas nas alíneas "b" e "c" no prazo estabelecido no § 1º, por razões não imputáveis à CONTRATADA, nenhuma das partes será considerada inadimplente e não serão devidas

multas, penalidades ou indenizações em razão exclusiva do não-implemento, facultando-se às partes:

- i) Prorrogar formalmente o prazo para implemento, mediante aditamento, desde que haja perspectiva concreta de implementação no prazo adicional pactuado; ou
- ii) Resolver o Contrato de comum acordo, mediante termo escrito, com a liberação recíproca de obrigações, ressalvado o disposto no § 3º desta Cláusula.

§ 3º Do tratamento das obrigações já assumidas. Na hipótese de resolução prevista no inciso ii do § 2º, aplicar-se-ão as seguintes regras:

- i) A proposta da CONTRATADA permanece válida e vinculante até a resolução formal; encerrado o vínculo, libera-se a CONTRATADA de qualquer obrigação de prestação futura;
- ii) A garantia contratual, se já apresentada, será integralmente devolvida à CONTRATADA no prazo de 10 (dez) dias úteis após a formalização da resolução, sem retenção de qualquer parcela, ressalvada a existência de obrigações pendentes;
- iii) Eventuais despesas de mobilização comprovadamente incorridas pela CONTRATADA em decorrência direta da assinatura deste Contrato, anteriores à Ordem de Serviço, poderão ser objeto de negociação entre as partes, desde que devidamente documentadas e restritas aos custos efetivamente incorridos; e
- iv) As obrigações de confidencialidade, sigilo e proteção de dados eventualmente assumidas durante o período de vigência do vínculo contratual permanecem em plena vigência após a resolução, pelo prazo pactuado ou, na sua ausência, pelo prazo de 2 (dois) anos.

§ 4º A CONTRATANTE comunicará formalmente à CONTRATADA, tão logo identificada a impossibilidade de implemento das condições no prazo estabelecido, indicando as causas, a previsão de regularização e o encaminhamento adotado (prorrogação ou resolução), com registro nos autos do processo administrativo.

3.3. Da Prorrogação. O Contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, observados os limites e condições previstos na Lei Federal nº 13.303/2016 e no art. 151, § 2º, do RICLC, desde que:

- a) Haja interesse da CONTRATANTE, devidamente justificado;
- b) Seja demonstrada a vantajosidade técnica e econômica da prorrogação;
- c) A CONTRATADA mantenha todas as condições de habilitação, qualificação técnica e regularidade exigidas na licitação; e
- d) Não haja prejuízo à continuidade dos serviços e à segurança da informação.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total global deste Contrato é de R\$ [] ([valor por extenso]), conforme proposta vencedora da CONTRATADA, discriminado na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Total (R\$)
1	Serviço continuado mensal de segregação governável de domínios de rede	Mês	36	[]
2	Serviço de implantação, parametrização e configuração inicial	Serviço	1	[]
VALOR TOTAL GLOBAL			R\$ []	

§ 1º No valor acima estão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

§ 2º O valor estimado do Contrato, de caráter sigiloso durante o procedimento licitatório nos termos do art. 52 do RICLC, passa a ser público a partir da homologação da licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas por receitas vinculadas ao instrumento administrativo celebrado entre a CONTRATANTE e a Prefeitura de Osasco, no âmbito do Processo nº 003041/2025, mediante remuneração mensal pelos serviços efetivamente prestados, apurados por medição e ateste.

§ 1º A emissão da Ordem de Serviço e o início da execução ficam condicionados à vigência do referido instrumento e à comprovação de disponibilidade financeira suficiente para suportar o ciclo inicial do Contrato, nos termos da Cláusula Terceira, item 3.2, deste instrumento, conforme Declaração de Viabilidade Financeira constante dos autos.

§ 2º Na hipótese de atraso de repasse por motivo não imputável à CONTRATANTE, as partes ajustarão formalmente o cronograma de pagamento, sem prejuízo dos demais direitos contratuais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Item 1 – Serviço Mensal. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 40 (quarenta) dias após o ateste da medição correspondente pela fiscalização técnica, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

6.2. Item 2 – Implantação. O pagamento será efetuado em parcela única, em até 40 (quarenta) dias após o Aceite Técnico Inicial formalizado pela fiscalização técnica, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura.

6.3. Para fins de medição do Item 1, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente:

- a)** Evidências de manutenção do direito de uso/subscrição e suporte do fabricante vigentes no período;
- b)** Relatório mensal de disponibilidade da solução; e
- c)** Registros e evidências mínimas definidos no Termo de Referência (Cap. 7).

6.4. Para fins de Aceite Técnico do Item 2, a CONTRATADA deverá entregar, no mínimo:

- a)** Documentação “as built” (arquitetura lógica, zonas, interfaces, roteamento, NAT, HA);
- b)** Matriz inicial de políticas/regras (comunicações permitidas entre domínios) e critérios adotados;
- c)** Evidências de trilhas de auditoria e registros de mudanças administrativas;
- d)** Evidências de integração com o SIEM da Prefeitura (teste de envio/recepção e campos relevantes);
- e)** Evidências de backup/restore e rollback de configuração; e
- f)** Evidência de HA aprovada, sincronismo e teste de failover controlado.

6.5. A Nota Fiscal/Fatura somente poderá ser emitida após o ateste da medição (mensal) ou do aceite técnico (Item 2) pela fiscalização contratual, devendo conter referência ao período, ao item faturado e ao processo.

§ 1º O prazo de 40 (quarenta) dias para pagamento inclui o ciclo interno de conferência técnica da medição e dos entregáveis, conferência da Nota Fiscal/Fatura, verificação de regularidade fiscal e trâmites administrativos de autorização.

§ 2º O pagamento será efetuado em cronograma compatível com o ciclo de recebimento da CONTRATANTE perante a Prefeitura de Osasco, considerando-se "recebimento" o efetivo crédito em conta da CONTRATANTE.

§ 3º A CONTRATANTE poderá reter pagamentos ou créditos junto à CONTRATADA para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, nos termos do art. 154, § 3º, do RICLC.

§ 4º Em caso de irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a regularização, sem que isso gere direito a qualquer acréscimo.

6.6. Das Glosas. Sem prejuízo do regime de sanções, a CONTRATANTE poderá aplicar glosa no mês de competência quando houver, comprovadamente:

- a)** Ausência de evidências mínimas exigidas para medição;
- b)** Falha na auditabilidade/rastreabilidade (trilhas de auditoria inoperantes ou incompletas);
ou
- c)** Descumprimento de obrigações mensuráveis pactuadas.

§ 1º A glosa deverá ser motivada, indicando o requisito afetado, o período, a evidência utilizada e o impacto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O preço contratual poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta comercial, mediante requerimento expresso da CONTRATADA, com fundamento no art. 163 do RICLC.

7.2. O reajuste será calculado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC/FIPE, apurada entre o mês de referência da proposta (ou do último reajuste) e o mês de aplicação do reajuste solicitado, conforme a seguinte fórmula:

$$R = Po \times (IPC \div IPCo - 1)$$

Onde: R = parcela de reajuste; Po = preço do serviço no mês de referência (ou do último reajuste); IPC = IPC-FIPE no mês de aplicação do reajuste; IPCo = IPC-FIPE no mês de referência (ou do último reajuste).

§ 1º Na hipótese de extinção ou substituição do índice contratual, as partes negociarão de boa-fé a adoção de índice substituto que reflita a variação de custos do setor, aplicando-se

subsidiariamente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (art. 163, § 1º, do RICLC).

§ 2º O reajuste formalizar-se-á por apostila contratual, nos termos do art. 158, I, do RICLC, dispensando celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 152 do RICLC.

8.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, a critério da CONTRATADA:

- a)** Caução em dinheiro;
- b)** Seguro-garantia; ou
- c)** Fiança bancária.

§ 1º A garantia será liberada ou restituída após a execução do Contrato e a expiração do prazo de vigência, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de caução em dinheiro (art. 152, § 1º, do RICLC).

§ 2º Em caso de alteração do valor contratual, a CONTRATANTE poderá exigir reforço de garantia proporcional, que deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão (art. 152, §§ 4º e 5º, do RICLC).

§ 3º O não cumprimento da obrigação prevista no caput, no prazo estabelecido, autoriza a CONTRATANTE a reter os pagamentos devidos à CONTRATADA até a regularização, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1. A execução dos serviços obedecerá às condições estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência (Caps. 3 e 5) e no Edital.

9.2. Considera-se a data da assinatura do Contrato e/ou a emissão da primeira Ordem de Serviço/Autorização de Início, conforme definido no instrumento contratual e rotinas internas da CONTRATANTE.

9.3. A execução do Item 2 (implantação e configuração inicial) deverá ser concluída no prazo de [] dias corridos contados da Ordem de Serviço, com entrega das evidências e documentação previstas na Cláusula Sexta, 6.4.

9.4. Atividades com potencial de indisponibilidade ou impacto em comunicações entre domínios deverão ser executadas em janelas de mudança previamente aprovadas pela CONTRATANTE, com plano de execução e reversão (rollback) documentados.

9.5. Todo acesso administrativo concedido à CONTRATADA observará mínimo privilégio, autenticação forte quando aplicável, segregação de funções e registro de ações, vedado o compartilhamento de credenciais.

9.6. A CONTRATADA deverá manter processo controlado para criação/alteração de políticas e objetos (firewall/NAT/QoS/segurança), com validação prévia, evidência de aprovação quando exigida e capacidade de comparação/rollback, com auditoria de mudanças.

9.7. A CONTRATADA deverá manter a solução em versão suportada pelo fabricante, aplicando atualizações/correções de segurança de forma planejada e rastreável, com comunicação prévia à CONTRATANTE e execução em janela aprovada.

9.8. Ao final do Contrato, a CONTRATADA deverá cooperar com a transição e reversibilidade, entregando configurações, backups, documentação "as built", evidências e orientações de desativação/transferência, resguardado sigilo e integridade das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE por meio dos seguintes responsáveis formalmente designados, nos termos do art. 40, VII, da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 184 do RICLC:

a) Gestor do Contrato: Sr. Marcelo Sadao Simões Hacebe — Coordenador de Infraestrutura e Operações;

b) Fiscal do Contrato: Sr. Wilian de Campos Junior — Gerente de Projetos e Serviços.

10.2. O Gestor e o Fiscal poderão ser substituídos por ato formal da CONTRATANTE, com comunicação prévia à CONTRATADA.

10.3. A fiscalização terá como foco a verificação contínua do resultado contratado – segregação governável com controles técnicos auditáveis – privilegiando evidências objetivas e rastreáveis.

10.4. Todas as solicitações, mudanças e ocorrências relevantes deverão ser registradas em mecanismo formal (chamado/ITSM ou equivalente), com identificação única, responsável, descrição, aprovação (quando aplicável) e evidências.

10.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na execução do objeto.

10.6. Serão realizadas rotinas de governança e acompanhamento, incluindo: reunião de início (kickoff), acompanhamento de implantação, reunião de aceite técnico inicial e, durante a vigência, reuniões de status conforme necessidade, com registro de ata, pendências e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais constantes deste Contrato, do Termo de Referência, do Edital e da legislação aplicável:

11.2. Obrigações gerais:

- a)** Executar o objeto contratado com estrita observância das especificações técnicas, das condições e dos prazos estabelecidos;
- b)** Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, responsável pela fiel execução do Contrato;
- c)** Atender prontamente às orientações e exigências da equipe de fiscalização do Contrato;
- d)** Manter, durante toda a execução, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução contratual;
- f)** Disponibilizar profissionais qualificados, com certificações exigidas no Edital, responsabilizando-se por seus atos;
- g)** Substituir, quando solicitado, profissionais que não atendam aos requisitos técnicos ou de conduta;
- h)** Realizar a transição contratual ao encerramento, com entrega de documentação e evidências.

11.3. Obrigações técnicas e operacionais:

- a)** Implantar, parametrizar e configurar a solução descrita no Termo de Referência, assegurando pleno funcionamento;

- b)** Aplicar todo o licenciamento necessário, incluindo subscrições, atualizações e bases de assinaturas, durante a vigência;
- c)** Configurar o envio de logs para o SIEM da Prefeitura, com opção de transporte por TCP e SSL/TLS;
- d)** Implementar e validar alta disponibilidade (HA), com sincronização mínima de sessões, configurações e VPNs;
- e)** Manter a solução em versão suportada pelo fabricante e aplicar atualizações/correções de forma planejada;
- f)** Configurar e comprovar mecanismos de backup de configurações e rollback;
- g)** Manter processo controlado e auditável para criação/alteração de políticas, com evidências de aprovação;
- h)** Fornecer relatórios, evidências técnicas e registros necessários ao acompanhamento e auditoria da execução.

11.4. Obrigações relativas à segurança da informação e à LGPD:

- a)** Cumprir as disposições relativas à privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação, nos termos da LGPD e das políticas institucionais aplicáveis;
- b)** Assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações e dados acessados em razão da execução contratual;
- c)** Comunicar imediatamente à CONTRATANTE a ocorrência ou suspeita de incidentes de segurança ou violação de dados;
- d)** Atuar como Operadora dos dados pessoais eventualmente tratados em decorrência da execução, sob as instruções da CONTRATANTE (Controladora), nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD.

11.5. Obrigações fiscais e trabalhistas:

- a)** Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do Contrato (art. 154 do RICLC);
- b)** A inadimplência quanto aos encargos acima não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Disponibilizar à CONTRATADA as informações técnicas necessárias à correta execução do objeto, observadas as regras de segurança e sigilo aplicáveis;
- b) Assegurar o acesso controlado ao ambiente de virtualização VMware e às dependências do Data Center, quando necessário para a execução dos serviços;
- c) Designar e manter Gestor e Fiscal do Contrato formalmente habilitados;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, registrando ocorrências e validando conformidades;
- e) Comunicar formalmente à CONTRATADA eventuais não conformidades identificadas, com prazo para correção;
- f) Deliberar, em tempo hábil, sobre demandas técnicas ou decisões necessárias à continuidade da execução;
- g) Efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos neste Contrato, após ateste da execução dos serviços;
- h) Atuar como Controladora dos dados pessoais nos termos da LGPD, adotando providências cabíveis em relação à gestão de incidentes, comunicações e decisões regulatórias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto, até o limite admitido em cada caso pela CONTRATANTE, conforme art. 153 do RICLC, desde que:

- a) Obtenha autorização prévia e expressa da CONTRATANTE;
- b) A empresa subcontratada atenda, em relação ao objeto da subcontratação, às mesmas exigências de qualificação técnica impostas à CONTRATADA.

§ 1º É vedada a subcontratação de empresa que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou este Contrato ou que tenha participado, direta ou indiretamente, da elaboração do Termo de Referência (art. 153, § 2º, do RICLC).

§ 2º A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE pelas obrigações contratuais e legais assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, nas hipóteses previstas no art. 157 do RICLC, em especial:

- a) Modificação do objeto ou das especificações, para melhor adequação técnica;

b) Acréscimos ou supressões de seu objeto, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado (art. 157, § 1º, do RICLC);

c) Necessidade de modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado;

d) Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em razão de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, ou de força maior ou caso fortuito.

§ 1º São vedadas alterações contratuais que resultem em violação ao dever de licitar ou que excedam os limites estabelecidos no § 1º do art. 157 do RICLC, salvo supressões resultantes de acordo entre as partes.

§ 2º São formalizadas por apostila contratual, dispensando Termo Aditivo, as ocorrências previstas no art. 158 do RICLC, incluindo reajustes, correções de erros materiais e alterações formais que não impliquem assunção, modificação ou extinção de obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no Capítulo XII do RICLC e nos arts. 83 e 84 da Lei Federal nº 13.303/2016, observado o devido processo, a motivação dos atos e a possibilidade de defesa e recurso.

15.2. As sanções aplicáveis são:

a) Advertência: comunicação formal para regularização de descumprimento, com notificação sobre eventual sanção mais grave em caso de reincidência (art. 174, I, do RICLC);

b) Multa: calculada conforme o edital e o contrato, observando percentual incidente sobre o valor do contrato, limitado a 25% (vinte e cinco por cento); multa moratória por atraso na execução contratual; e conversão de multa moratória em compensatória na inexecução total ou parcial (art. 174, II, c/c art. 177 do RICLC);

c) Suspensão temporária: de participação em licitação e impedimento de contratar com a INOVA OZ, por prazo não superior a 2 (dois) anos (art. 174, III, do RICLC).

15.3. A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo administrativo punitivo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 175 a 178 do RICLC.

§ 1º Quando a infração envolver suspensão ou multa de valor elevado, será obrigatória a manifestação prévia da Assessoria Jurídica (art. 178, § 2º, do RICLC).

15.4. Poderão ensejar penalidade, dentre outros, os seguintes descumprimentos:

- a)** Não entrega, entrega incompleta ou fora do prazo dos entregáveis obrigatórios (documentação, evidências, relatórios);
- b)** Falha em manter operantes os mecanismos de auditabilidade e rastreabilidade de mudanças;
- c)** Falha ou indisponibilidade injustificada dos componentes essenciais ao resultado contratado;
- d)** Descumprimento de prazos e níveis de serviço estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;
- e)** Descumprimento das obrigações relativas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais.

15.5. A multa poderá ser descontada da garantia prestada ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, podendo ser cobrada judicialmente em caso de insuficiência (art. 177, § 1º, do RICLC).

15.6. Da aplicação de sanções caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da intimação (art. 185, § 1º, do RICLC).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. Este Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 168 do RICLC, em especial:

- a)** Com o advento do termo final;
- b)** Por acordo entre as partes (rescisão amigável), precedida de fundamentação técnica e autorização pela autoridade competente;
- c)** Unilateralmente, por ato formal da CONTRATANTE, nas hipóteses do art. 169 do RICLC, em especial:
 - i) Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
 - ii) Lentidão na execução que comprometa a conclusão no prazo estipulado;
 - iii) Paralisação da execução sem justa causa e sem comunicação prévia;
 - iv) Decretação de falência, insolvência civil ou dissolução da CONTRATADA;
 - v) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade competente.
- d)** Por determinação judicial.

16.2. A rescisão unilateral deverá ser formalmente motivada, assegurado o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA (art. 168, § 3º, do RICLC), com instauração de processo administrativo devidamente motivado.

16.3. Nos casos de rescisão unilateral por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá adotar as seguintes medidas (art. 170 do RICLC):

- a)** Assunção imediata do objeto contratado, no estágio em que se encontrar;
- b)** Execução da garantia contratual para ressarcimento de prejuízos; e
- c)** Retenção de créditos devidos até o limite dos prejuízos causados.

16.4. O encerramento do Contrato não exime a CONTRATADA das obrigações de confidencialidade, proteção de dados pessoais, cooperação para transição e responsabilização por falhas ocorridas durante a execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

17.1. O escopo desta contratação não contempla tratamento ativo de dados pessoais, estando direcionado à segregação governável de domínios de rede e aos controles técnicos auditáveis para proteção de ativos críticos.

17.2. Sem prejuízo do item anterior, reconhece-se que a execução do objeto poderá gerar registros técnicos (logs) e trilhas de auditoria que contenham identificadores técnicos (IP, usuário autenticado, carimbos de data/hora), os quais são tratados exclusivamente para finalidades de segurança, monitoração e governança contratual.

17.3. Para os fins da Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD:

- a) Controladora:** CONTRATANTE – INOVA OZ, responsável pelas decisões relativas ao tratamento de dados pessoais;
- b) Operadora:** CONTRATADA, que realizará tratamento de dados pessoais em nome da CONTRATANTE e sob suas instruções, limitado ao estritamente necessário para a execução do objeto.

17.4. A CONTRATADA obriga-se a:

- a)** Tratar dados pessoais somente conforme instruções documentadas da CONTRATANTE e para as finalidades previstas neste Contrato;
- b)** Adotar medidas técnicas e organizacionais para proteção dos dados pessoais contra acessos não autorizados;

- c) Comunicar à CONTRATANTE, em até 72 (setenta e duas) horas, qualquer incidente de segurança ou violação de dados que possa afetar dados pessoais tratados em razão da execução contratual;
- d) Não subtratar dados pessoais sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE;
- e) Ao término do Contrato, devolver ou eliminar os dados pessoais conforme instrução da CONTRATANTE, salvo obrigação legal de retenção.

17.5. O descumprimento das obrigações previstas nesta Cláusula sujeita a CONTRATADA às sanções contratuais e à responsabilização nos termos da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

18.1.. As controvérsias oriundas deste Contrato serão preferencialmente resolvidas por autocomposição, nos termos da Lei Federal nº 13.140/2015, podendo as partes, de comum acordo, valer-se de câmara de conciliação e mediação reconhecida.

18.2.. Os conflitos que versem sobre direitos patrimoniais disponíveis, inclusive os relativos ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderão ser submetidos à arbitragem, nos termos do art. 159, II, do RICLC e da Lei Federal nº 9.307/1996.

18.3.. Não sendo possível a solução por autocomposição ou arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Contrato, nos termos do art. 162 do RICLC.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ANTICORRUPÇÃO, ÉTICA NOS NEGÓCIOS E ANTINEPOTISMO

19.1. A CONTRATADA declara conhecer e cumprir as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e da legislação correlata, comprometendo-se a não praticar atos lesivos à administração pública previstos no art. 5º daquela lei em conexão com a execução deste Contrato.

19.2. A CONTRATADA obriga-se a não empregar, em qualquer atividade relacionada à execução deste Contrato, trabalho de pessoas em condição análoga à de escravo, trabalho infantil ou qualquer outra prática vedada pela legislação trabalhista.

19.3. A prática de atos contrários às obrigações previstas nesta Cláusula poderá ensejar a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS E DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Os casos omissos serão regulados pelas disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Compras, Licitações e Contratos da INOVA OZ – RICLC e, subsidiariamente, pelo Código Civil e demais preceitos de direito privado aplicáveis (art. 145 do RICLC).

20.2. A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra não implicará novação, renúncia de direito, alteração contratual ou precedente para futuras situações.

20.3. A nulidade de qualquer cláusula deste Contrato não prejudicará a validade das demais, as quais permanecerão em pleno vigor.

20.4. Este Contrato e seus aditamentos serão lavrados pela CONTRATANTE, que manterá arquivo cronológico dos documentos e registro sistemático do extrato, observado o disposto no parágrafo único do art. 145 do RICLC.

20.5. As comunicações entre as partes deverão ser realizadas por escrito, por meio de ofício, e-mail institucional ou outro canal formal definido no kickoff, com registro nos autos.

20.6. Este instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Osasco, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE – INOVA OZ

CONTRATADA